

**REVISIONISMO HISTÓRICO E REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO SOBRE 1964:  
NARRATIVAS PARALELAS E PONTOS DE CONTINUIDADE**

**REVISIONISMO HISTÓRICO Y REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO SOBRE 1964:  
NARRATIVAS PARALELAS Y PUNTOS DE CONTINUIDAD**

**HISTORICAL REVISIONISM AND HISTORIOGRAPHIC REVISIONISM ABOUT 1964:  
PARALLEL NARRATIVES AND POINTS OF CONTINUITY**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59387>

Demian Bezerra de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O propósito deste artigo é discutir a distinção entre as noções de revisionismo histórico e o revisionismo historiográfico. Para isso usamos o debate historiográfico e da memória sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu para discutir como os discursos revisionistas no plano acadêmico e no discurso público possuem paralelos e pontos de continuidade. Visa também comentar as consequências éticas da produção de certos discursos no contexto de ascensão da extrema-direita brasileira e sua memória negacionista do período entre 1964 e 1985, e as possíveis relações entre certos enfoques encontrados no campo acadêmico.

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Golpe de 1964. Memória. Historiografia. Revisionismo.

**Resumen:** El propósito de este artículo es discutir la distinción entre las nociones de revisionismo histórico y revisionismo historiográfico. Para ello, utilizamos el debate historiográfico y de la memoria sobre el golpe de 1964 y la dictadura que le siguió para discutir cómo los discursos revisionistas a nivel académico y en el discurso público tienen paralelos y puntos de continuidad. También pretende comentar las consecuencias éticas de la producción de ciertos discursos en el contexto del ascenso de la extrema derecha brasileña y su memoria negacionista del período comprendido entre 1964 y 1985, y las posibles relaciones entre ciertos enfoques encontrados en el campo académico.

**Palabras clave:** Dictadura militar. Golpe de 1964. Memoria. Historiografía. Revisionismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss the distinction between the notions of historical revisionism and historiographical revisionism. To do this, we use the historiographic and memory debate about the 1964 coup and the dictatorship that followed to discuss how revisionist discourses at the academic level and in public discourse have parallels and points of continuity. It also aims to comment on the ethical consequences of the production of certain discourses in the context of the rise of the Brazilian extreme right and its denialist memory of the period between 1964 and 1985, and the possible relationships between certain approaches found in the academic field.

**Keywords:** Military dictatorship. 1964 coup. Memory. Historiography. Revisionism.

### **Introdução**

Desde a década de 1980 o campo profissional da História existe uma enorme literatura dedicada ao problema da Memória, sua natureza coletiva, fluida, criada também a partir de silêncios etc. Enzo

Traverso explorou bem o assunto num livro dedicado a discutir o tema face à historiografia dos grandes eventos traumáticos do século XX e que, assim, situou o problema dos usos políticos do passado. Adentrou em alguns dos principais debates historiográficos sobre temas como o fascismo e o Holocausto, e demonstrou o papel dos historiadores profissionais neste processo (TRAVERSO, 2012).

Destarte que evidentemente os historiadores não possuem a capacidade de controlar as representações hegemônicas sobre o passado, sendo a memória um campo atravessado por forças várias, desde o Estado, passando pela indústria cultural, movimentos políticos etc.. Mas também os historiadores não são totalmente alheios de responsabilidade nesse processo, e essa é talvez uma das maiores iluminações que Traverso possa nos trazer no contexto dos sessenta anos do golpe de 1964 e o campo de estudos sobre o evento. Nesse sentido, despolitizar nossa prática profissional, a despeito do propósito de demonstrar isenção, pode mais mistificar que esclarecer.

O propósito deste texto é desenvolver a distinção entre o Revisionismo Histórico, cujo registro se encontra no campo da Memória, do Revisionismo Historiográfico, usando pretexto os sessenta anos do golpe de 1964, discutindo o papel que certas interpretações de historiadores profissionais dialogam com aquelas produzidas pela extrema-direita brasileira nas últimas décadas. Até pela relevância dessa memória na cena política brasileira no último período, acreditamos que essa contribuição servirá para tratar de um assunto às vezes incômodo: as responsabilidades éticas sobre aquilo que escrevemos.

### ***Revisionismo Histórico e Revisionismo Historiográfico***

Embora a palavra revisionismo tenha surgido no contexto dos debates sobre a teoria marxista no movimento operário alemão e latino na virada para o século XX (GALASTRI, 2015), o uso do termo para se referir a uma reinterpretação de um evento/e ou processo histórico remete ao assunto das causas da Primeira Guerra Mundial. Os que se insurgiram contra a noção de culpa exclusiva da Alemanha no desencadeamento do conflito, tal como o apresentado no Tratado de Versalhes, fazem parte de um importante revisionismo histórico. É o caso do texto *As consequências econômicas da paz* (1919), de John Maynard Keynes, célebre economista de Cambridge.

Já no campo profissional da História a noção de revisionismo aparece numa chave positiva após a Segunda Guerra Mundial em diferentes assuntos. São considerados revisionistas estudos como o Fritz Fisher sobre a responsabilidade alemã no desencadeamento a Primeira Guerra Mundial, ou os trabalhos de Moshe Lewin sobre a Revolução Russa e a União Soviética, sendo o termo nesses casos empregados para denotar contribuições significativas a partir de pesquisa inovadora que superaram visões frágeis. Mas o termo também serviu para caracterizar trabalhos com forte conotação ideológica anticomunista, como as diferentes interpretações de Ernst Nolte, Renzo De Felice e Zeev Sterhell para o fascismo, ou a releitura liberal de Alfred Cobban e François Furet para a Revolução Francesa.<sup>2</sup> Nessa última acepção (em geral rejeitada pelos acusados de “revisionistas!”) há uma evidente conotação negativa no termo revisionista (TRAVERSO, 2017).

Seja como for, a noção de *revisionismo* ganhou cidadania no campo profissional da História de tal sorte que, numa manobra evidentemente oportunista, negacionistas do Holocausto buscaram apresentar sua leitura mentirosa como parte de uma corrente “revisionista”. Se autorreferiram e foram igualmente atacados como “revisionistas”, de modo que o termo geralmente contaminou-se e tende a ser associado a uma conotação negativa nos debates públicos. Por outro lado, o negacionismo pode ser de algum modo associado a uma vertente mais extravagante do revisionismo, já que ultrapassa o propósito legítimo de reinterpretar processos históricos já estudados e chega ao ponto de negar evidências conhecidas sobre o Holocausto de judeus na Segunda Guerra Mundial, ou por exemplo a existência de um regime político ditatorial comandado pelas Forças Armadas brasileiras entre os anos 1960 e 1980.

Pois bem, por volta dos quarenta anos do golpe de 1964, alguns historiadores marxistas brasileiros notaram a existência de uma corrente historiográfica revisionista sobre o golpe e a ditadura militar.<sup>3</sup> Para ficar claro: identificava-se uma corrente de historiadores profissionais que, mesmo não concordando em tudo, apresentaram um novo paradigma interpretativo que tinha como economia política uma leitura anticomunista de um dos períodos mais traumáticos da história brasileira. A corrente, não obstante, não foi inaugurada em 2004, vinha se desenvolvendo no período anterior, insinuando-se em trabalhos acadêmicos que, por exemplo, buscaram atribuir responsabilidade sobre o golpe de 1964 ao próprio grupo político deposto pelo golpe.

Celebrados cientistas políticos brasileiros, como Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Figueiredo escreveram teses de doutorado publicadas em livro que podem ser tomados como a gênese desse revisionismo no campo acadêmico. Santos ao atribuir responsabilidade ao próprio João Goulart, cuja inabilidade política teria levado a uma “paralisia decisória” no sistema político, e Figueiredo ao atribuir epítetos golpistas à esquerda, que “tanto quanto a direita tinha uma visão instrumental da democracia”, inauguraram a leitura que deslocavam e distribuíam responsabilidades a um evento cuja culpabilidade notória da direita não precisa ser provada (cf. SANTOS, 2003; FIGUEIREDO, 1993).

Até então, outros cientistas políticos haviam se interessado em investigar protagonistas do processo político, como os militares, ou seus principais apoiadores na sociedade civil, como os empresários e a participação do governo dos Estados Unidos. O influente politólogo americano Alfred Stepan (1975), por exemplo, estudou as causas na mudança de comportamento das Forças Armadas ao longo do período republicano, especialmente a partir da importância da Escola Superior de Guerra na formulação de um projeto modernizante conservador. Por sua vez, Phyllis Parker (1976) estudou a participação da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil nas urdiduras que culminaram no golpe de 1964, lançando mão de documentação desclassificada. Enquanto o uruguaio radicado no Brasil, René Dreifuss (1981) reuniu farta documentação sobre a participação dos mais modernos capitalistas brasileiros na conspiração golpista e na formulação das principais diretrizes das transformações ocorridas no aparelho de Estado após 1964. Com este quadro é possível perceber o sentido do revisionismo expresso nos enfoques propostos por Santos e Figueiredo, que em vários sentidos ignoram o conhecimento anteriormente acumulado.

O argumento cuja base seria a existência de uma cultura política antidemocrática na esquerda brasileira apareceu em trabalhos de historiadores profissionais influentes como Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira no início do século XXI, que recepcionaram os principais pontos dos pioneiros politólogos revisionistas. Do início do século XXI é também importante situar a obra que o jornalista Elio Gáspari escreveu sobre a ditadura militar, onde, por exemplo, no primeiro volume consta a “tese” de que João Goulart estava também urdindo um golpe. Completando o quadro, embora com baixíssima respeitabilidade acadêmica, o hoje arrependido Marco Antonio Villa reproduz a tese de Jango golpista numa biografia que escreveu sobre o ex-presidente trabalhista, postura que depois seria desdobrada na tese estapafúrdia de que a ditadura militar só corresponderia ao período entre a decretação e extinção do AI-5 (entre dezembro de 1968 e 1979).

### ***O revisionismo histórico sobre 1964***

As leituras do passado sempre foram atravessadas por disputas políticas. Na própria constituição daquilo que se entende como conservadorismo, as leituras sobre o sentido dos eventos históricos foram e são parte das suas batalhas culturais. Atualizações mais recentes nesse campo político, situadas em torno à noções como *metapolítica* e *guerra cultural*, constituem-se no cerne da reorganização das direitas no último meio século e denotam a centralidade das interpretações do passado como fundamentais na legitimação de projetos políticos.

Não foi por acaso que no ambiente cultural estadunidense do início do século XXI, a partir da iniciativa de Jeffrey Rubin, editor do Conservative Book Club, surgiu a coleção *The Politically Incorrect Guide* para os mais variados assuntos sobre o passado americano, como, por exemplo, os volumes dedicados à História Americana ou especificamente à Grande Depressão (e o New Deal) escritos por publicistas de direita que eventualmente apresentam credenciais acadêmicas (p.ex. WOODS, 2004; MURPHY, 2009). É notório que a coleção foi recriada no Brasil a partir do protagonismo de Leandro Narloch, agitador de extrema-direita que deu o pontapé com o livro *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, ao qual seguiram-se outros volumes sobre a história da América Latina e o Mundo.<sup>4</sup> Estes livros tornaram-se um dos principais veículos de divulgação do revisionismo histórico no ambiente cultural brasileiro, pois contou com ampla divulgação entre os meios de comunicação tradicional.

Na extrema-direita, desde manifestações mais extravagantes, como a do negacionismo do Holocausto (que é uma das expressões do Neofascismo, cf. Griffin (2000)), ou que celebram passados autoritários (como fez a Frente Nacional francesa em relação ao regime de Vichy, ou faz hoje o VOX espanhol em relação ao franquismo), o revisionismo histórico é parte componente da sua ideologia política (MUDDE, 2000: 57-58 *passim*; SHROUFI, 2015; FERREIRA, 2019: 89; VALENCIA-GARCIA, 2020). No Brasil é um truísmo observar que o negacionismo da ditadura militar é um dos cerne da extrema-direita bolsonarista.

A metapolitização da extrema-direita é uma característica permanente em vários de seus ciclos de crescimento desde o contexto do fascismo histórico. Neste, a construção ideológica fabricou um

imaginário palingenético de uma nação em crise contudo capaz de ser transformada a partir de um movimento que apelasse para uma violência redentora e purificadora da nação. A glória do Império Romano, assim como o heroísmo dos cavaleiros teutônicos inspiraram motivos simbólicos do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha (GRIFFIN, 1991).

Descendendo da extrema-direita militar, o bolsonarismo é caudatário dos setores que buscaram sabotar o processo de abertura política que conduziu ao frágil regime político consagrado na Constituição de 1988. Some-se o fato de que a formação intelectual nas Forças Armadas brasileiras ficou insulada dos debates públicos e acadêmicos que levaram a construção de uma memória negativa sobre a ditadura militar. Em vez de uma autocrítica pública, a relação de forças políticas (o que inclui as escolas dos atores) permitiu que os militares mantivessem a construção de uma narrativa positiva sobre o período que estiveram no poder. Tal discurso encontra-se presente tanto em textos com circulação subterrânea, como o ORVIL, como no livro do coronel Brillhante Ustra, *A verdade sufocada*, ou expressa como memória bem construída na História Oral do Exército (que surgiu de uma reação à primeira tentativa de revisão da lei de Anistia, ainda sob o governo FHC), nas declarações públicas do Clube Militar e nas intervenções públicas de Olavo de Carvalho (PATSHIKI, 2012; BIANCHI, 2018; LEINER, 2020:32 *passim*; PEDRETTI, 2021; CALIL, 2021).

Sinteticamente, todo o argumento é baseado na ideia das supostas “quatro tentativas de chegada ao poder pelos comunistas brasileiros”. A primeira teria sido no levante de 1935, a segunda no contexto que precede a “revolução” de 1964 e a terceira teria sido a da luta armada contra o regime militar. Já a quarta teria se iniciado imediatamente após a derrota da luta armada, em 1974, e consistiria na busca de difusão dos “valores ideológicos” comunistas que havia marcado, inclusive, a Constituição de 1988. Na explicação dessa suposta “quarta tentativa” vemos essa extrema-direita militar brasileira sintonizada com a paranoica teoria da conspiração que, em outras latitudes, foi elaborada como estratégia do “marxismo cultural” e no Brasil, foi traduzida, principalmente, por Olavo de Carvalho sobre uma suposta “revolução gramscista”.

### ***O Brasil Paralelo: como o revisionismo abre a porta para o negacionismo da ditadura militar***

No documentário do Brasil Paralelo do golpe de 1964, Olavo de Carvalho teve a desfaçatez de afirmar que “não existem” documentos que comprovem a participação dos Estados Unidos no evento. Ao contrário, para o filósofo neofascista<sup>5</sup> o que é reforçado é a suposta ingerência soviética no processo político brasileiro, afirmação, aliás, sem base documental, ao contrário da participação dos Estados Unidos, conhecida através de fontes primárias desde a década de 1970. Mas o teor do documentário de Brasil Paralelo serve-se para justificar as tarefas políticas colocadas na ordem do dia pela extrema-direita bolsonarista (DOS SANTOS, 2021; CLETO, 2024).<sup>6</sup>

O cerne do balanço sobre o regime ditatorial militar é menos a negação de seu caráter de exceção (embora esse seja muitas vezes amenizado), mas a crítica ao fato daquele regime não ter feito a “guerra cultural”. Daí segue-se a teoria conspiratória segundo a qual a esquerda teria se empenhado numa

suposta estratégia “gramscista” do “marxismo cultural”, tendo supostamente sido capaz de conquistar a produção cultural em universidades, na indústria cultural e na mídia no contexto de saída da ditadura militar. A estratégia da “guerra cultural conservadora” decorreria disso. Há assim a evidente sugestão delirante de que o próprio regime republicano de 1988 seria uma espécie de realização da suposta estratégia esquerdista, no que se pode assinalar a natureza antissistêmica do bolsonarismo.<sup>7</sup>

Evidentemente que tal narrativa destoa em vários pontos da leitura dos historiadores revisionistas, apresentada acima. Aliás, caso se tratasse de um discurso similar certamente um artigo como este poderia ser taxado como inútil por eventuais leitores. O ponto é que, embora sejam duas narrativas, existem pontos de continuidade entre os dois discursos. Argumentaremos que o revisionismo historiográfico abre uma porta para o discurso negacionista no debate público, na medida em que existem essas continuidades que discutiremos a seguir.

### ***A esquerda no tribunal da memória revisionista***

A emergência de um discurso acadêmico, que apela, portanto, para o lugar da ciência, do discurso de especialistas etc. que assume pontos de continuidade com o revisionismo histórico da extrema-direita é o que acreditamos encontrar na recorrente desqualificação da memória da esquerda brasileira no período dos anos 1960 e 1970. Nesse sentido, o ajuste de contas com o próprio passado de esquerda que alguns célebres historiadores é exatamente esse fio.

A suposição de que as esquerdas derrotadas no golpe de 1964 e depois esmagadas pelo regime ditatorial seriam tão antidemocráticas quanto a própria ditadura cria um terreno comum entre o revisionismo histórico e o revisionismo historiográfico. Assim como a redução da dinâmica ditatorial do regime ao marco institucional assumido a partir da decretação do Ato Institucional n.5, onde segundo Gáspari teria implantado a “ditadura escancarada”, cria não só uma visão amena sobre os primeiros anos do regime, como autoriza o procedimento revisionista de encerrar o período de arbítrio com a revogação do AI-5 no final do mandato de Geisel, uma periodização adotada por Daniel Aarão Reis e que exclui o governo do general Figueiredo.

No caso da perspectiva acadêmica, Aarão Reis parece mesmo ter um notável déficit teórico sobre a natureza dos regimes de exceção em geral – debate visitado prolificamente tanto no campo marxista, quanto na teoria política institucionalista – e sobre as ditaduras militares do Cone Sul em particular. O autor verifica a instauração de um “estado de direito autoritário” nos primeiros anos da ditadura, que teria sido substituído por uma “ditadura aberta” a partir do AI-5,<sup>8</sup> praticamente sugerido que o movimento de institucionalização do regime ditatorial (que consagrara-se na Constituição de 1967) fosse algo de natureza distinta na história da própria ditadura, e daí justifica seu fim em 1979.

É evidente que nesse tópico sobre a periodização do regime, entre encurtá-lo e simplesmente negar sua existência (como o revisionismo histórico da extrema-direita) vai uma grande distância. Em si o debate da periodização é legítimo, mas o problema aqui é que o nível da problemática é formalista/descritivo, tudo feito em nome de uma suposta necessidade de desconstrução de uma memória

que havia consagrado o fim do regime em 1985. Ora, e toda a literatura acadêmica que havia sustentado tal periodização, seria mera reprodução dessa memória? Não seria mais honesto dialogar diretamente com essa literatura acadêmica, em vez de se refugiar numa batalha contra o que não passa de um espantalho?

O problema maior aparece no que concerne à participação dos civis no regime ditatorial militar. Aqui o déficit teórico se mostra mais sensível, pois basicamente se toma das fontes do regime e da ideologia da corporação militar a redução da complexidade social à suposta oposição entre militares e civis. Se no caso dos militares, há sim um processo de socialização institucional capaz de criar um certo espírito de corpo, o que esclarece o uso do termo “civil”?

Já no preâmbulo do primeiro Ato Institucional existe a menção explícita ao que teria sido um “movimento civil militar” que havia protagonizado a derrubada do governo João Goulart, o que deve afastar de cara que a expressão “civil-militar” seja uma grande inovação do ponto de vista da compreensão. Não obstante sua presença nas fontes oficiais, é conhecido que no trabalho de René Dreifuss o termo civil serve para assinalar a presença de elites políticas civis e especialmente de empresários (e tecno-empresários) na construção do regime ditatorial. Já em autores como Daniel Aarão Reis e sua escola o termo civil tem servido para tratar de um outro problema, qual seja, o da participação da sociedade na dinâmica do regime ditatorial.

Mais uma vez, o problema é em si importante, mas há déficit teórico quanto a uso de tais categoriais que acabam por reificar noções como “civis” e mesmo “sociedade”, que aparece como homogênea, quase como uma pessoa que ora aceita ora afasta-se da ditadura. Repita-se, o problema do apoio da sociedade ao regime é da maior importância, mas o problema é quando se acaba por produzir um discurso que no limite reproduz a própria memória oficial do regime. Deste modo, não obstante a popularidade do governo João Goulart no mês que antecede o golpe (atestada numa pesquisa do IBOPE já publicada)<sup>9</sup>, autores revisionistas corroboram a memória dos vencedores ao afirmar o suposto “apoio da sociedade” ao golpe. Esticam os pontos de contato entre o seu revisionismo historiográfico e o revisionismo histórico ao tratarem do período de auge do crescimento econômico durante o regime, que os apologetas do mesmo apelidaram de “milagre” (AARÃO REIS, 2014: 74-92; CORDEIRO, 2009).

Paralelamente a essa reabilitação da própria ditadura (que agora passa a ser lido como um regime autoritário quase que desejado pela sociedade), ocorre a desqualificação implacável da esquerda. Fazem parte da tendência revisionista na historiografia estudos que visam assinalar que a esquerda não tinha amores pela democracia derrubada em 1964, e que alimentava sonhos de uma revolução socialista no Brasil, mesmo que ainda fosse necessária uma “etapa democrático burguesa”. Deste modo, os movimentos de luta armada são deslocados da resistência à ditadura militar, sendo todos enquadrados como parte de uma ofensiva revolucionária que guardava raízes antes do próprio golpe de 1964 (Cf. ROLLEMBERG, 2010). Destoando desse enquadramento, o sociólogo Marcelo Ridenti reafirmou o lugar da luta armada na resistência à ditadura, assinalando a prática efetiva das heterogêneas organizações que combateram o regime de armas na mão (RIDENTI, 2004; MELO, 2014: 176-178).

Seja como for, a repercussão pública da posição de que os militantes da luta armada não lutavam pela democracia – que gerou bastante barulho no contexto dos quarenta anos do golpe (2004) –, levou

água ao moinho da memória revisionista construída na caserna e em círculos subterrâneos da extrema-direita brasileira que acabariam emergindo e sendo catalisados pela liderança política de Jair Bolsonaro. A acolhida com a qual as teses revisionistas foram recebidas pela imprensa tradicional é denotada pela forma como uma influente folha carioca noticiou a repercussão de um debate acadêmico onde historiadores revisionistas deram o tom: “Resistência democrática, dogma que desaba.” Publicada em *O Globo*,<sup>10</sup> na reportagem é destacado que “Estudiosos da ditadura, entre eles um ex-guerrilheiro, atacam a crença de que a esquerda armada lutava por democracia.”, demonstrando como a própria biografia de Daniel Aarão Reis é usada como chancela de sua tese.

### ***O debate segue***

A existência de uma corrente revisionista na historiografia do golpe e da ditadura militar foi assinalada por um conjunto de autores marxistas há mais de uma década (TOLEDO, 2004, MELO, 2006, 2014a; MATTOS, 2008, 2014), sendo posteriormente reconhecida por autores não marxistas (DELGADO, 2010: 137; FICO, 2017) e mais recentemente assumida pelos próprios revisionistas (AARÃO REIS, 2021; ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021). Em certo sentido, o que sempre moveu a crítica dos marxistas a esta historiografia revisionista são seus conteúdos éticos inscritos, na medida em que julgam o processo histórico a partir da ordem liberal como o “melhor dos mundos possíveis”, o que lhes possibilita realizarem um duro balanço da esquerda, não por esta ter faltado ao encontro da revolução, mas por supostamente ter negligenciado a questão democrática tanto no contexto do golpe de 1964 quanto na primeira fase da luta contra a ditadura. Como pano de fundo, a democracia liberal é tomada como a única possibilidade da democracia, e, fora desse horizonte, tudo se identifica (necessariamente) com formas de autoritarismo.

É neste sentido que tal historiografia revisionista reproduz posições que fazem parte da memória construída pelos vencedores de 1964 e na ditadura militar, como a de que a sociedade teria pedido e apoiado a intervenção dos militares no processo político. Toda essa operação revisionista funda-se também no deslocamento dos nexos causais descoberto pelas pesquisas sobre os principais atores que protagonizaram a construção da ditadura militar, como discutimos nas linhas anteriores. Argumentou-se neste texto que os desdobramentos da circulação desse discurso historiográfico revisionista encontra pontos de contato com a memória revisionista produzida pela extrema-direita, especialmente no que toca a desqualificação das esquerdas na história política do país.

Destarte, a singela pontuação que buscamos apresentar nesses sessenta anos do golpe de 1964 é da necessária distinção entre o que vimos chamando de revisionismo produzido por historiadores profissionais, o revisionismo historiográfico e o revisionismo histórico, cuja produção compreende o discurso de autores interessados diretamente na intervenção no debate político. Não que os historiadores estejam deslocados das controvérsias políticas que atravessam os tempos que correm; uma ideia, de resto, insustentável, embora possa ser um bom refúgio àqueles que fingem que a produção do discurso acadêmico se encontra blindada das suas consequências éticas. Contudo, mesmo que os dois



revisões possam ser tomados como discursos distintos (não só pelo tipo de literatura, acadêmica versus memória da extrema-direita), exploramos nesta contribuição os traços de continuidade. E como em outros contextos historiográficos, o debate sobre o sentido do golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu está imbricado nos embates que fazem do passado, sempre, um campo de batalha.

## **Bibliografia**

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente (Posfácio). In. ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). **Por uma revisão crítica**. Ditadura e sociedade no Brasil.. Salvador: Saga, 2021, p.444-464.
- BIANCHI, Alvaro. Olavo de Carvalho é um efeito da nova direita, e não sua causa. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, 19 dez 2018. Disponível em <https://encurtador.com.br/gKPW0>
- CALIL, Gilberto Grassi. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**, v.13, n.2, 2021.
- CLETO, Murilo. **Novas direitas, memória e revisionismo**: como a Brasil Paralelo contou a história do regime militar. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.
- COSTA PINTO, Antonio. **The Nature of Fascism Revisited**. Nova York: Columbia University Press, 2012.
- CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, v.22,n.43, jan.jun 2009.
- DELGADO, Lucília Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964**: memória, história e historiografia. *Tempo*, v.14, n.28, 2010, p.137.
- DOS SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020). Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Paraná, 2021.
- DREIFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do Estado**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FERREIRA, Carla. Vox como representante de la derecha radical en España: un estudio sobre su ideologia. **Revista Española de Ciencia Política**, n.51, nov.2019.
- FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileiro**: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, v.9, n.20, jan/jun, 2017.
- FIGUEIREDO, Argelina C. **Democracia ou reformas?** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas (SP): Autores Associados, 2015.
- GENTILE, Emilio. Renzo De Felice: A Tribute. **Journal os Contemporary History** , v.32, n.2 (abril) 1997.
- GRIFFIN, Roger. **A nature to fascism**. Londres: Routledge, 1991.
- GRIFFIN, Roger. Between metapolitics and apoliteia: The *Nouvelle Droite*'s strategy for conserving the fascist vision in the ‘interregnum’. **Modern & Contemporary France**, n.8:1, 2000.
- FONTANA, Josep. **História dos Homens**, Bauru (SP): EDUSC, 2004.
- LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro da guerra híbrida**. São Paulo: Alameda, 2020.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v.28, n.55, p.245-263, 2008.

- MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In. MELO, Demian Bezerra de. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n. 14, p. 111-130, 2006.
- MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de. (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.
- MELO, Demian B. A opinião pública às vésperas do golpe de 1964. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, 2014b.
- MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester/Nova York: Manchester University Press, 2000.
- MURPHY, Robert P. **The Politically Incorrect Guide to The Great Depression and the New Deal**. Washington (DC): Regnery, 2009.
- PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PATSCHIKI, Lucas. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Rondon (PR), 2012.
- PEDRETTI, Lucas. Os ecos de Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura. **Agência Pública**, 30 de agosto de 2021. Disponível em <https://encr.pw/TbbXC>
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (Coleção Brasil Republicano, v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Uma história vigiada. In. ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). **Por uma revisão crítica**. Ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saga, 2021, p.7-49.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In. AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org.). **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois**. Bauru (SP): Edusc, 2004.
- SANTOS, Vitor. **A Nova Direita e a Ditadura Militar no Brasil: Um estudo a partir da produtora Brasil Paralelo (2016-2022)**. Dissertação de Mestrado em História a ser defendida em poucos dias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SHROUFI, Omran. The Gates of Jerusalem: European Revisionism and the Populist Radical Right. **Race and Class**, n.57(2), 2015.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 19, p. 27-48, 2004.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, Memória e Política. Lisboa: Ed. Unipop, 2012.
- TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In. CALIL, Gilberto Grassi; MELO, Demian Bezerra de; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.27-37.
- VALENCIA-GARCÍA, Louie Dean. **Far-Right Revisionism and the End of History**. Nova York: Routledge, 2020.

WOODS, Thomas E. **The Politically Incorrect Guide to American History**. Washington (DC): Regnery, 2004.

### **Notas**

---

<sup>1</sup> Professor de História Contemporânea do bacharelado em Políticas Públicas da UFF (Campus Angra dos Reis). Doutor em História pela UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0382643609541751> ORCID <https://orcid.org/0009-0005-4307-8339> Email: demian\_pesquisa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Não obstante, nos casos da literatura do fascismo esses autores (Nolte, Sternhell e De Felice) trouxeram contribuições significativas ao campo, como o estudo das origens intelectuais do fascismo (nos casos de Nolte e Sternhell), ou em assuntos outrora espinhosos, como a popularidade de Mussolini em boa parte do período em que esteve no poder, assunto levantado num dos volumes da biografia do líder fascista escrita por De Felice (Cf. COSTA PINTO, 2012, GENTILE, 1997). Contudo, no caso dos trabalhos de Cobban e principalmente de Furet sobre a Revolução Francesa, a contribuição em matéria de pesquisa é pífia, como assinalaria Josep Fontana, tratando-se mais de uma reinterpretação de um evento chave da modernidade (FONTANA, 2004: 360-365 e 419-421)..

<sup>3</sup> Na verdade, o primeiro a observar a tendência revisionista foi o cientista político Caio Navarro de Toledo (2004). Para um mapeamento desse debate até o contexto dos cinquenta anos do golpe, cf. Melo (2014a).

<sup>4</sup> Foram publicados nos anos de 2009, 2011 e 2013 pela editora Leya de São Paulo.

<sup>5</sup> O que enquadramento de Carvalho como filósofo não se refere a uma suposta sofisticação do autor, mas a capacidade que este teve de sintetizar uma visão de mundo neofascista que ganhou peso de massas no Brasil.

<sup>6</sup> Para uma análise abrangente, cf. Dos Santos (2021), Cleto (2024) e Santos (2024).

<sup>7</sup> No fascismo histórico o caráter antissistêmico muitas vezes aparece no discurso anticapitalista. Todavia, hoje é mais decorrente da vitória ideológica do neoliberalismo o fato de que o que o discurso da extrema-direita do século XXI descolou o capitalismo do que chamam de “sistema”. Assim, basicamente a extrema-direita atual é muito mais antidemocrática (como também o fora nas décadas de 1920 e 1930), e não há traço anticapitalista presente nas mais importantes experiências dos tempos que correm.

<sup>8</sup> “(...) o Ato Institucional n.5 (AI-5), fechando os parlamentos por tempo indeterminado, recobrando amplos poderes discricionários e reinstaurando, de modo inaudito, o estado de exceção, a ditadura.” (AARÃO REIS, 2014:73).

<sup>9</sup> Descoberta pelo cientista político Antonio Lavareda no arquivo do IBOPE, a sua primeira menção historiográfica consta da 7ª edição do livro *O governo João Goulart e as lutas sociais do Brasil*, de Moniz Bandeira em 2001. Cf. Melo (2014b).

<sup>10</sup> “Resistência democrática, dogma que desaba.” *O GLOBO*, 29 de março de 2004.

Recebido em: 26 de fev. de 2024

Aprovado em: 20 de mai. de 2024